

Teoria materialista do Estado

JOACHIM HIRSCH

Rio de Janeiro: Revan, 2010, 328p.

FRANCISCO PEREIRA DE FARIAS*

O cientista político alemão Joachim Hirsch, em *Teoria materialista do Estado*, tradução de Luciano Cavini Martorano, aborda um leque amplo de temas, como pode ser visto pela enumeração dos capítulos do livro: 1) Traços fundamentais da teoria materialista do Estado, 2) Processos de transformação da sociedade e do Estado, 3) Estado, sistema mundial e imperialismo, e 4) Conclusões teóricas e perspectivas políticas. Nesse trabalho, Hirsch não repete simplesmente suas análises derivacionistas dos anos 1970, mas incorpora à sua maneira a análise de Nicos Poulantzas de *Estado, poder e socialismo*, além da Teoria da Regulação. Sem a pretensão de fazermos um resumo de conteúdos tão vastos e complexos, destacaremos alguns pontos para uma apresentação.

I

Na linha de trabalhos anteriores, Hirsch reapresenta os argumentos para a tese sobre o caráter burguês do Estado.

A relação de reprodução material do capitalismo, mantida através da eficácia da lei do valor, é – enquanto produção e realização de mais-valia – fundamentalmente

* Doutor em Ciência Política pela Unicamp e professor na UFPI.

portadora de crise. E isso em um sentido duplo: o processo de acumulação do capital, que é ao mesmo tempo luta de classes, luta pela produção e apropriação do sobreproduto, está permanentemente sujeito a paralisações e colapsos. Ele se apoia simultaneamente sobre condições sociais e sobre precondições da natureza, que não podem ser criadas e tampouco mantidas pelo processo mercantil capitalista. Ele inclusive tende a destruí-las. (Hirsch, 2010, p.33)

Apenas como “economia de mercado” o capitalismo não é capaz de assegurar a sua existência. Os seus conflitos internos impõem uma atividade voltada para o conjunto da existência material e organizacional da sociedade e fora do processo de valorização imediato. E isso só pode realizar-se à medida que seja possível formar a comunidade política da sociedade capitalista – por meio do Estado.

Assim, a forma política – concretizada institucionalmente no aparelho de Estado – condiciona a forma dinheiro e a forma capital, estando ao mesmo tempo condicionada por elas.

O dinheiro necessita da garantia oferecida pelo aparelho de coerção estatal, ou seja, ele deve ser controlado e regulado pelo Estado. Mas ele não é criado pelo Estado; surge da estrutura e da dinâmica do processo de valorização do capital mediado pela troca mercantil. Isso coloca limites definidos para a política monetária estatal. (Hirsch, 2010, p.46)

II

Hirsch formula a hipótese de que a passagem do Estado burguês “keynesiano” para o Estado burguês “neoliberal” nos países capitalistas “avançados” corresponde à mudança da hegemonia das burguesias “nacionais” para a das burguesias “internas”, incorporando o conceito poulantziano de burguesia interna. Quais os tipos de políticas implicados nessas diferentes hegemonias? Quais as razões dessa transformação hegemônica?

No período de hegemonia da burguesia nacional, a política do Estado assume as características do protecionismo, do intervencionismo na produção e da regulação das relações de trabalho. Já com a hegemonia da burguesia interna, os traços da política estatal são a abertura comercial, as privatizações e a desregulamentação da economia. O capital financeiro internacional, base da burguesia interna dos países centrais, estava sumamente interessado, graças a sua alta produtividade com enorme capacidade competitiva, na liberalização do comércio mundial e na abertura de novas regiões para inversões. Mas a liberalização dos mercados e a crescente internacionalização do capital implicavam um fim na orientação voltada para o mercado interno, típica da hegemonia da burguesia nacional, de lastro industrial.

No interior das economias nacionais ascendia outra vez a importância do setor exportador, o que fez que a valorização do capital não só se tornasse mais independente da evolução da renda dos trabalhadores no plano nacional, mas que o nível salarial, como fator de custos, ganhasse maior importância na concorrência internacional. (Hirsch, 2010, p.151)

O mecanismo institucionalizado de redistribuição social estatal e as políticas subvencionistas que conservavam o modelo da “regulação monopolista” não podiam continuar sendo financiados com fortes incrementos no Produto Interno Bruto (PIB), e isso produziu uma pressão adicional e mais intensa sobre a taxa de lucros. Quebrou-se, assim, a estreita relação entre consumo de massa, Estado de bem-estar e acumulação que havia caracterizado a “era dourada” do industrialismo.

III

Segundo Hirsch, da crise dos anos 1970 surgiu um renovado “imperialismo informal” sob a dominação estadunidense que, entretanto, se diferencia das fases anteriores do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista da posição do Estado e da hegemonia das frações capitalistas. Uma base para isso é a internacionalização avançada do capital, que adquiriu uma nova dimensão com o entrelaçamento mais intenso dos investimentos diretos, especialmente entre os centros capitalistas.

Mas essa constelação, ressalta o autor, permanece cheia de conflitos.

Em especial, a rivalidade entre os Estados do centro capitalista é circunscrita pelos processos econômicos e políticos de internacionalização, mas fundamentalmente continua existindo. Os capitais em concorrência apresentam-se frente aos Estados singulares como mais flexíveis, mas continuam relacionados com os seus potenciais de organização, legitimação e força, que podem ser usados, paralelamente, na aplicação de suas estratégias competitivas (Hirsch, 2010, p.227).

Assim, a internacionalização do capital e o domínio da burguesia interna no interior de cada bloco no poder são um importante pré-requisito para uma relação de cooperação entre os centros capitalistas. Entretanto, as rivalidades entre os Estados permanecem em operação, como se assistiu na guerra do Iraque. Em outros termos, a configuração do sistema imperialista atual é caracterizada por uma complexa relação de cooperação e de conflito no quadro de uma “interdependência desigual” entre as metrópoles capitalistas. Daí resultaria a oscilação da política americana entre o unilateralismo e o multilateralismo.

Hirsch afirma que as instituições sociais não são simplesmente idênticas às formas sociais. Dessa maneira, forma social e estrutura são conceitos equivalentes, algo diferente da expressão abstrata de instituição. No entanto, essa diferença

parece ser apagada no emprego da fórmula “estruturas institucionais”. Não é sem consequência que, na análise do autor sobre as transformações do Estado burguês, acabaria prevalecendo a assimilação da estrutura à instituição, pois a passagem do Estado “keynesiano” para o Estado “neoliberal” é vista como um processo de reestruturação (sic!) do Estado.

O livro, que combina um rigor teórico com uma densa análise histórica, encerra-se com o posfácio de Hirsch para a edição brasileira, intitulado “A crise do capitalismo neoliberal: quais alternativas?”.

FARIAS, Francisco Pereira de. Resenha de: HIRSCH, Joachim. Teoria materialista do Estado. Rio de Janeiro: Revan, 2010, 328p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.33, 2011, p.145-148.

Palavras-chave: Materialismo; Teoria Política; Estado.